

# ~~EDUCAÇÃO~~ Paulo Renato diz que corrigirá uso irregular de verbas

*Segundo ministro, emenda da reforma do sistema vai eliminar distorções apontadas pelo "Estado"*

~~ESTADO DE SÃO PAULO~~

**B**RASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse ontem que a emenda constitucional da reforma da educação — enviada pelo governo ao Congresso no ano passado — vai corrigir as distorções apontadas ontem pelo Estado no uso de verbas da educação pelas prefeituras. "Hoje a Constituição estabelece um porcentual mínimo de 25% para ser gasto com educação, mas não traça critérios para o uso do dinheiro", explicou.

A emenda já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e está sendo discutida em comissão especial presidida pelo deputado Elias Abraão (PMDB-PR). O ministro acredita que ela seja aprovada na Câmara e no Senado até o final deste semestre. Segundo Paulo Renato, a distorção no uso dos recursos ocorre porque a distribuição é desigual e não leva em consideração o número de alunos é sim o fator econômico. "Onde tem dinheiro não tem aluno e onde tem aluno, não tem dinheiro."

Para o ministro, o problema é mais visível no Estado de São Paulo, onde a maioria das escolas públicas pertence ao Estado e não aos municípios. "Em São Paulo 89% das escolas são estaduais enquanto no Maranhão 67% são municipais", informou.

"A solução não é punitiva e sim a correção da origem do problema: recebe a verba quem tem alunos", informou o ministro. De acordo com a emenda constitucional, 15% dos 25% que Estados e municípios são obrigados a gastar com Educação deverão ser aplicados no ensino de 1º grau. E os recursos, em especial os do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), serão distribuídos de acordo com o número de alunos que o município e o Estado possuem, sendo que cada aluno custará R\$ 300 por ano.

Os municípios de baixa arrecadação terão a ajuda da União para atingir os R\$ 300 por ano. Outra proposta da emenda é a obrigação de investir 60% dos recursos no pagamento de salários de professores.